

Vida em função da água: mulheres e as águas urbanas sob ocupação

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/h1678-9857.ra.2022.216347>**Giovanna Monteiro-Macedo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Brasil
giovannamonteiro@iesp.uerj.br |
<https://orcid.org/0000-0003-0778-6600>

RESUMO

Este artigo analisa a infraestrutura de água na ocupação da Cisjordânia e a maneira como o controle dela se desdobra na vida das interlocutoras. Argumento que, a partir da observação do uso doméstico da água, podemos acessar duas escalas analíticas. A primeira mostra a biopolítica de controle da água na ocupação de Israel sobre a Cisjordânia. Já a segunda revela as formas de produzir a vida cotidiana de algumas mulheres e como o manejo da água influencia os processos de individuação de gênero. Para isso, recorro a um “remendo de histórias e mapas”. Com base em entrevistas e em fontes secundárias documentais e etnográficas, foi possível observar o impacto desse controle da água sobre a vida das mulheres palestinas. A constante busca pela água e a administração desta dentro das famílias estabelecem uma vida em “função da água”, que ressalta o papel do trabalho de cuidado na construção da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Água; gênero;
Palestina;
Infraestrutura;
Cuidado

A life dealing with water: women and urban water under occupation

ABSTRACT This article analyzes the water infrastructure in the occupation of the West Bank and how its control unfolds in the lives of my interlocutors. By examining domestic water usage, we access two analytical scales. The first reveals the biopolitics of water control through Israel's occupation of the West Bank. The second exposes the ways in which some women produce everyday life and how water management influences gender individuation processes. To do this, I resort to a “patchwork of stories and maps”. Through interviews and documentary and ethnographic secondary sources, it was possible to observe the impact of water control on the lives of Palestinian women. The constant quest for water and its management within families establishes a life “in function of water”, highlighting the role of care work in city construction.

KEYWORDS

Water; Gender; Palestine;
Infrastructure; Care

INTRODUÇÃO

“Eu posso te levar lá em cima, se você quiser”¹, me disse Saara enquanto pegava o celular em que falava comigo por videochamada e andava para o terraço da sua casa. Quando abriu a porta, o clarão inicial revelou uma belíssima paisagem verde de oliveiras e um céu azul. Ao virar a câmera, pude notar os enormes tanques de água que costumeiramente vejo nas fotos de bairros palestinos e que eram o assunto de minha conversa com ela. As caixas d’água são um elemento essencial para lidar com a crise. Ao armazenarem água por mais certo tempo, permitem que o abastecimento seja interrompido e que as famílias ainda tenham água durante a interrupção (Millington, 2018).

Essa mesma caixa d’água gera uma série de problemas: a água parada leva ao acúmulo de resíduos e produz um grande peso extra sobre as habitações (que passam a ser construídas com a caixa fazendo parte da conta). Na Cisjordânia, em específico na vizinhança de Saara em Ramallah, a desigualdade é exposta pelos tanques d’água na paisagem. Nos assentamentos judaicos, que recebem água em fluxo contínuo, prédios parecidos e sem nada nas coberturas. Já em bairros palestinos, o mar de tanques compõe a paisagem. A grande quantidade assusta, como podemos ver na comparação das duas paisagens na figura 1. Esse choque pelo contraste expõe a desigualdade de acesso a água de que tratarei ao longo deste artigo.

Quando Saara voltou para sua sala e começou a me contar como ela fazia para administrar a água, percebi que essa discrepância de acesso atravessava seu cotidiano de forma profunda, assim como o de suas vizinhas. A água encanada chega apenas uma vez na semana por algumas horas. Às vezes não chega, é imprevisível. Durante o fornecimento, elas precisam ficar em casa para fazer as funções domésticas que demandam quantidades maiores de água: lavar a roupa, molhar as plantas, lavar o quintal, lavar a louça e as escadas.

Além disso, os tanques precisam ser cheios e, como ficam acima das casas, precisam de uma bomba para que as águas corram contra a gravidade. Bombas d’água precisam de energia. A energia é hidroelétrica e durante o fornecimento de água ela fica intermitente. Ou seja, ligar a bomba pode significar ficar sem luz, e essas escolhas precisam ser feitas por elas ao longo do dia a dia. A vida “em função da água”² que analiso ao longo deste texto inclui as funções de distribuir o uso da água pelos habitantes da casa, definir os dias que cada função doméstica será feita e, em momentos de escassez, principalmente no verão, definir quando e quem vai poder tomar banho.

Com o costume comum de viver toda uma família na mesma casa, muitas vezes esses tanques vão servir dez, doze pessoas, entre crianças, adultos e idosos. Como decidir quem vai poder usar essa água ou não? Nos casos comuns de falta d’água, elas negociam com vizinhos que possuem poços pluviais, vão à procura de

¹ | Esse artigo foi longamente debatido em diferentes instâncias ao longo da sua escrita. Agradeço os comentários atentos de todo o grupo de Infraestruturas Urbanas, do grupo CASA e do BONDE. Agradeço principalmente a Mariana Cavalcanti e Camila Pierobon, que acompanharam toda a construção, pesquisa e desenvolvimento deste trabalho.

² | O termo foi retirado de uma entrevista e será desenvolvido ao longo do artigo.

caminhão-pipa ou buscam água em fontes distantes diariamente. Todas essas funções são cumpridas majoritariamente por mulheres como Saara. A organização da casa e da vida em “função da água” é imposta pela ocupação e administrada pelas mulheres e homens nas casas. A partir de uma divisão generificada do trabalho de cuidado, as mulheres administram a maior parte das funções domésticas de manejo da água, e os homens de manutenção das infraestruturas e busca pela água.

Figura 1 | Paisagens comparadas do assentamento de Har Homa (1) e um bairro residencial palestino na Cisjordânia (2). Fonte: (1) Musa Al-Shaer, s/a; (2) Humanium, 2020



Argumento neste artigo como, através da observação do uso doméstico da água, podemos acessar duas escalas analíticas distintas. A primeira nos mostra a biopolítica de controle da água com base na ocupação de Israel sobre a Cisjordânia. Já a segunda nos permite acessar as diferentes formas de produzir a vida cotidiana de mulheres como Saara, Lilah e Hana, minhas interlocutoras. Para perseguir essa análise, recorro à união de entrevistas com pesquisa documental, em uma metodo-

logia nomeada pela pesquisadora Hiba Bou Akar (2018) de “remendando histórias e mapas”.

Neste artigo, “remendo” cinco entrevistas semiestruturadas que foram feitas com três mulheres palestinas, Lilah, Hana e Saara³, por videoconferência, com documentos da *Palestinian Water Authority* (mapas, planos, estratégias de água e saneamento, estatísticas e regulações), os Acordos de Oslo e pesquisas de campo – utilizadas aqui como fonte secundária –, em especial a extensa pesquisa produzida pela Anistia Internacional (2009) e pela pesquisadora Michele Rudolph (2020).

Tomo aqui os tanques d’água como ponto de partida porque eles são exatamente o que nos permite mediar as escalas de análise do artigo. Eles estão ao mesmo tempo fora e dentro das casas, expõem a escassez e as estratégias utilizadas pelas famílias, e por isso se tornam um ancoradouro⁴ analítico interessante. Os problemas e as violações com relação ao acesso a água são distintos e vão ser tratados ao longo deste artigo.

Para isso, relaciono o debate teórico-metodológico da antropologia das infraestruturas com trabalhos empíricos sobre o caso palestino-israelense. Ambas as bibliografias carecem de um debate explícito e aprofundado sobre gênero, tanto sobre os efeitos generificados do controle das infraestruturas – hídricas em específico – quanto pelas estratégias elaboradas por mulheres para administrar a vida doméstica cotidianamente.

Este artigo se encontra em uma imbricação entre três debates: a antropologia das infraestruturas urbanas, a ocupação da Palestina e gênero. Os textos que relacionam esses três debates são raros, mas há alguns tangenciamentos entre eles. Em sua revisão bibliográfica sobre infraestruturas urbanas, Larkin (2020) abre o texto nos dizendo que “Infraestruturas são redes construídas para facilitar o fluxo de bens, pessoas e ideias, permitindo o intercâmbio dos mesmos no espaço” (p. 28).

Como acredito que já deve ser possível perceber até aqui, minha pesquisa questiona essa noção integrativa ressaltada pelo autor. A discussão que se inicia no trabalho pioneiro de Susan Star (1999) parte de coisas pequenas, como torneiras, e adentra a rede material, de pessoas e políticas que ela desenrola, como Araújo e Cavalcanti nos dizem:

Do ponto de vista da etnografia das infraestruturas, um ato banal como abrir uma torneira impõe uma interrogação sobre uma rede de materialidades, técnicas, processos, agentes e disputas sociais que tornam possível a circulação da água desde a sua captação até a pia de casa (Araújo; Cavalcanti, 2023, p. 8).

Nesse sentido, quase sempre inspirada na teoria ator-rede, a discussão privilegia as redes constituídas a partir das infraestruturas e as noções de governamenta-

3 | Os nomes utilizados ao longo deste trabalho foram modificados para proteger a identidade das interlocutoras.

4 | A noção de ancoradouro analítico é proposta por Bianca Freire-Medeiros como parte do debate sobre mobilidades urbanas. A autora pensa o ancoradouro como um lugar material que permite ao pesquisador visualizar os fluxos e compreender a dependência que estes possuem dos fixos. Nesse sentido, ainda que aqui eu esteja olhando para um objeto que possui o movimento quase como princípio – a água –, observo a partir de pontos fixos que auxiliam a análise. Para mais sobre ancoradouro, ver Freire-Medeiros e Lages, 2020.

lidade que elas nos permitem observar. Alguns trabalhos de campo, principalmente aqueles produzidos em países do Sul Global ou nas periferias do Norte, inserem o conflito e a biopolítica como um ponto central para examinar essas redes. Aqui me atento principalmente aos trabalhos sobre água, dentre uma gama de outros existentes na antropologia das infraestruturas.

Os trabalhos célebres de Anand (2017) e Von Schinitzler (2016) apontam para a forma como a distribuição desigual da água impacta as periferias urbanas e noções de cidadania em Mumbai e na África do Sul – respectivamente. Anand (2017) segue a rede de distribuição e nos mostra como mesmo em casas com encanamentos e bombas há uma enorme falta d'água e são necessárias estratégias para obtê-la.

Já Von Schinitzler (2016) ressalta uma biopolítica da água ao falar sobre como a instalação de hidrômetros introduz uma racionalidade sobre os usos da água para os moradores. Ainda que essas pesquisas sejam importantes para analisar teoricamente a biopolítica e os usos das águas, elas não abordam lugares em conflito ou falam amplamente sobre gênero. Anand (2017) discorre brevemente sobre o “tempo da água” que é colocado sobre as mulheres, e irei elaborar sobre isso ao longo do texto, mas esse debate não é uma chave analítica para a sua pesquisa.

A relação entre água e conflito aparece em “*Water Wars in Mumbai*” de Graham, Desai e McFarlane (2013) que utilizam a água como um instrumento analítico para compreender disputas e grupos armados em Mumbai, novamente sem mencionar questões de gênero. Com Pierobon (2021), Pierobon e Fernandes (2023) e Truelove (2022) é feito um debate importante da antropologia das infraestruturas, águas, gênero e conflitos. Nos dois primeiros textos, as autoras nos mostram como a intimidade e o manejo da água na vida doméstica sofre os efeitos dos conflitos de facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Já Truelove (2022) fala sobre uma “violência lenta infraestrutural” gerada como consequência de conflitos de longo prazo. Esses textos, embora centrais para minha análise, abordam formas de conflito muito distintas da que analiso aqui. A ocupação da Palestina por Israel produz um conflito longo que se traduz numa biopolítica de controle da população palestina e, por isso, entremeada nas infraestruturas urbanas.

As formas como a ocupação se desdobra no controle hídrico israelense já vêm sendo exploradas amplamente na literatura, principalmente apontando as ilegalidades e crimes internacionais cometidos por Israel na gestão d'água (Klawitter, 2007; Abouali, 1998; Malone, 2004), a autoridade quase colonial escondida por trás de uma aparente cooperação institucional (Selby, 2003; Selby, 2013; Alsharif *et al.*, 2008; Trottier, 1999; Ed; Mimi, 2010; Pandey, 2011; Amjad, 1999), denúncias de órgãos internacionais (Internacional, 2009) e trabalhos de campo que analisam as infraestruturas e os impactos sobre a população palestina, indo além das legislações (Rudolph, 2020; Stamatopoulou-Robbins, 2021; Naguib, 2009).

A maior parte desses trabalhos partem de uma noção de que a água é um recurso faltante na região da Palestina gerando uma série de problemas para a população. Isso é resultado de uma perspectiva institucionalista da questão hídrica, que foca nos arranjos políticos estabelecidos pelos acordos e, em muitos momentos, nos tecnicismos e na maneira como a distribuição de água deveria ser, mas não é – e por isso sempre partem de uma perspectiva de falta. Com isso, deixam de lado como a distribuição realmente acontece no dia a dia e os microarranjos que ela toma na relação entre os moradores dos bairros e as companhias de água ou os soldados da ocupação israelense. A intimidade e a forma como esse controle produz efeitos generalizados não são mencionadas por esses autores e autoras.

Além disso, somente o trabalho de Stamatopoulou-Robbins (2021) possui um diálogo aprofundado com a antropologia das infraestruturas. No entanto, a autora foca nos resíduos e não na água, além de abordar muito pouco questões de gênero. Já Naguib (2009) traz o gênero como um ponto central de análise, ressaltando as resistências femininas. Porém, a pesquisa se desenrola na parte rural e não urbana da Palestina, além de produzir um debate teórico muito mais focado em memória do que na infraestrutura de água.

A partir do diálogo com essa literatura e do meu trabalho de campo, pretendo contribuir para o debate da antropologia das infraestruturas com base em dois pontos centrais. Em primeiro lugar, indo além dessa noção apresentada na bibliografia da água como um recurso escasso e entendendo-a como um recurso abundante, porém escasso a partir do controle biopolítico da ocupação. A água aqui se torna um instrumento de controle populacional e, muitas vezes, de violência. Em segundo lugar, entendo aqui o gênero como uma ferramenta analítica central para compreender esse aspecto íntimo das infraestruturas. Para além do que parte da bibliografia vai argumentar (Truelove; Ruszczuk, 2022; Anand, 2017), o trabalho de cuidado envolvido no manejo das infraestruturas é, ao mesmo tempo, um processo violento que restringe a movimentação e a organização do cotidiano das mulheres, assim como algo que reforça a individuação de gênero de mulheres e homens.

Além desta introdução, o artigo possui mais três seções e uma conclusão. No próximo tópico, apresento brevemente a metodologia utilizada e os caminhos que a pesquisa tomou a partir da pandemia de Covid-19. A impossibilidade de um campo presencial exigiu soluções criativas e a junção de diferentes materiais de pesquisa que permitiram a análise. Em seguida, trago o primeiro nível de análise da pesquisa, da caixa d'água para o público, mostrando como a ocupação estabelece um controle das fontes hídricas e do processo de distribuição da água. Voltamos então para o tanque e adentramos as casas no último tópico, da caixa d'água para a vida doméstica, no qual elaboro sobre a construção da vida “em função da água”. A partir das minhas interlocutoras e das pesquisas que mobilizo como fontes secundárias, percorro o caminho de busca pela água e como ele muitas vezes é interrompido pela

destruição das infraestruturas pela ocupação. Por fim, concluo desenvolvendo sobre a relação entre a temporalidade da guerra, o controle das infraestruturas e os efeitos generificados que ambos produzem.

A COZINHA DA PESQUISA

Ao longo do processo dessa pesquisa foram feitas entrevistas com Saara, Lilah e Hana (Lilah e Hana são mãe e filha), as quais descrevo melhor em seguida. As três são mulheres mais velhas, já com filhos e que têm relação mais próxima com a região de Ramallah na Palestina urbana. As três também fizeram universidade, se casaram com palestinos e têm pais/família palestina, o que afeta diretamente o seu vínculo com a região.

As mulheres que entrevistei são todas palestinas com alguma relação com o Brasil, portanto falavam português fluentemente. Eu buscava, inicialmente, compreender as percepções delas sobre a violência na Palestina, e elas sempre me diziam que ali se sentiam seguras e que o “problema mesmo” era a mobilidade urbana e o acesso a água. Esse recorte de mulheres palestino-brasileiras influencia diretamente a análise, uma vez que mulheres palestinas que vieram para o Brasil como refugiadas ou que nasceram aqui possuem este país como referencial oculto em suas falas sobre a Palestina. Mulheres palestinas com relações em outros países terão uma perspectiva distinta de violência, segurança e guerra, porque o referencial e a experiência são outros. Então explícita ou implicitamente, a percepção sobre a vida na Palestina é sempre a partir da comparação de experiências.

Lilah é uma dentista de 61 anos que nasceu na Palestina e veio para o Brasil como refugiada aos oito anos, mantendo sempre uma relação próxima com sua terra natal. Quando sua filha mais velha, Hana, foi morar em Ramallah, na Cisjordânia, passou a visitá-la anualmente. Hana nasceu no Brasil, mas toda sua família é palestina, tem cerca de quarenta anos e é dentista como a mãe. Foi morar na Palestina depois de se casar e vive lá há alguns anos, ainda sem documentação fixa. Já Saara é uma historiadora e guia turística de sessenta anos que nasceu no Brasil e foi morar em Ramallah aos vinte e poucos anos com seu marido. Através da vida e dos relatos sobre o dia a dia dessas mulheres na Cisjordânia, busquei compreender de quais formas a ocupação e o controle da água afetam o cotidiano.

As entrevistas foram feitas durante a pandemia de Covid-19, evento que atravessa profundamente essa pesquisa, pela necessidade de um trabalho de campo feito a distância. Dada a impossibilidade de uma etnografia presencial, a expansão do uso de videochamadas para a comunicação permitiu que a pesquisa fosse feita, ainda que com limitações analíticas. Por conta disso, optei por uma metodologia que combina entrevistas com pesquisa documental, num processo de “remendar

histórias e mapas” (Akar, 2018).

Através das entrevistas construí um índice de preocupação dessas mulheres, buscando compreender quais eram os principais problemas urbanos que afetavam o seu dia a dia e como elas lidavam com eles. Os dois principais índices de preocupação eram relacionados à mobilidade no território⁵ e ao acesso a água. Daí em diante, recorri às fontes secundárias, para aprofundar minha análise através dos documentos.

5 | Trato sobre as questões relacionadas à mobilidade em outros artigos.

No tocante às entrevistas, todas foram feitas por videochamadas ao longo de dois anos de pesquisa. Conversei por algum tempo informalmente com minhas interlocutoras antes de entrevistá-las e escolhi a videochamada por saber que era algo confortável para elas. As entrevistas foram conduzidas em um formato de história de vida e divididas em dois momentos. Em um primeiro, elas me contavam desde sua infância sobre a relação com a Palestina, suas famílias e sobre como era a vida ali. Em seguida, eu fazia perguntas sobre o cotidiano delas e a relação com a ocupação. Quando compreendi que o acesso a água era uma questão central, busquei aprofundar, em entrevistas de acompanhamento, sobre como elas lidavam com as dificuldades no acesso a água.

Claro que as preocupações de minhas interlocutoras não devem ser generalizadas para todo o território da Cisjordânia, mas nos ajudam a observar uma certa nuance da ocupação pouco observada: a forma como ela se infiltra pelas infraestruturas.

Compreendendo isso, recorri aos documentos para entender como essa infiltração acontecia. Analisei os documentos da *Palestinian Water Authority*, os Acordos de Oslo e algumas pesquisas de campo que entram aqui como fontes secundárias (Rudolph, 2002; Internacional, 2009). O argumento aqui apresentado é a junção desse quebra-cabeça de relatos e documentos.

DAS FONTES ATÉ O TANQUE D'ÁGUA

Antes de a água chegar aos canos da casa das minhas interlocutoras, ela percorreu um longo caminho desde suas fontes até o tanque. Esse trajeto perpassa diferentes escalas – da política internacional à municipal – e disputas de poder, desembocando no controle hídrico promovido pelo governo da ocupação. Ao longo deste tópico, a leitora irá percorrer junto comigo este caminho para compreendermos por que “a água chega apenas uma vez na semana por algumas horas”.

Começamos pelas fontes. A configuração da água enquanto um dispositivo de vida e de controle se inicia com elas. Entrelaçando o subterrâneo do território israelense e palestino, o Aquífero da Montanha é o único recurso hídrico ainda disponível para o povo palestino e o mais importante para Israel. Ele é composto por

três bacias – ou aquíferos – principais: a Ocidental, Nordeste e Oriental. Suas águas são renovadas principalmente pelas chuvas e o derretimento da neve, e são caracterizadas por terem uma grande profundidade (média de 250 metros).

O rendimento total dos aquíferos tem uma média de 679 a 734 MCM/Y⁶, com o Ocidental sendo o de maior capacidade (362 a 400 MCM/Y), maior qualidade de água, e fornecedor de um quinto da água doce de Israel. Os Aquíferos Oriental e Nordeste estão localizados quase completamente na Cisjordânia. Já o Aquífero Costeiro tem capacidade de 450 MCM/Y em Israel e 55MCM/Y em Gaza, sendo a única fonte d'água da Faixa palestina. Por conta disso, a extração desse aquífero excede em muito a sua capacidade, e suas águas são hoje 90% contaminadas⁷ e impróprias para consumo (Rudolph, 2020; Internacional, 2009).

Outra fonte d'água importante para a região é o rio Jordão, cuja bacia é compartilhada entre o Líbano, Síria, Jordânia e Cisjordânia. Suas águas possuem não somente uma importância histórica e religiosa, mas ele também consiste em uma significativa fonte d'água e de energia para Israel. E digo somente Israel porque o acesso dos palestinos ao rio Jordão é completamente proibido. Desde a ocupação de 1967, o acesso palestino, tanto para a extração quanto a proximidade física com o rio, é proibido, porque toda a sua margem foi classificada como zona de segurança⁸.

O rio, que tem 64% da sua capacidade explorada⁹, também teve seu fluxo desviado pelos países que compõem a sua bacia para gerar energia elétrica, o que levou a uma redução do fluxo e o tornou altamente salinizado e contaminado pelo esgoto não tratado (Internacional, 2009). Assim, a população palestina possui apenas uma fonte de água, o Aquífero da Montanha.

Como forma de compensar essa escassez e as dificuldades de conseguir permissões para construir novos e mais profundos poços, os palestinos (famílias e municípios) passaram a comprar água da companhia *Mekorot*, que chega principalmente pela rede de encanamento nas cidades. Mesmo esse abastecimento não é eficiente, devido às redes antigas, e pela perda de 34% da água durante o abastecimento. Em aldeias e campos de refugiados, que em sua maioria não estão ligados a essas redes, a água é comprada de caminhões-pipa (da *Mekorot* ou de cidadãos palestinos privados que buscam essa água nas poucas fontes ainda disponíveis).

Essa dificuldade em conseguir acessar a água é diretamente relacionada com a maneira como a ocupação controla as infraestruturas urbanas. O controle militar da região e as desigualdades de poder perpassam os rios, aquíferos, canos e até a chuva (principalmente a forma como ela é armazenada). Resgatando a ideia de biopolítica (Foucault, 2012), podemos pensar a água enquanto um dispositivo não somente de gerir a vida, mas também de deixar morrer no caso palestino.

Assim, penso a água enquanto uma infraestrutura fundamentalmente mobilizada como instrumento do biopoder israelense, que tem como impacto a construção de um cotidiano muito pautado numa vida em “função da água”, mas que

6 | Milhões de metros cúbicos por ano.

7 | A contaminação da água está relacionada tanto com a extração excessiva quanto com a infiltração de esgoto. É importante ressaltar que o descarte de esgoto em Gaza é extremamente precário, por conta do bloqueio de financiamentos feito pelo embargo israelense e por conta dos constantes bombardeios às instalações de esgoto e às infraestruturas de escoamento.

8 | Isso afeta não somente o acesso a água, mas também o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do pastoreio na região. De acordo com o Banco Mundial (2013), o controle do rio Jordão afeta imensamente a economia palestina e é responsável em grande parte pela pobreza da região. Enquanto isso, no Vale do rio Jordão se encontram as mais rentáveis fazendas agrícolas de exportação de Israel, em sua maioria administradas por colonos (Internacional, 2009).

9 | Fornece cerca de 650 MCM/Y para Israel.

também cria alternativas cotidianas a essas “faltas”.

A partir do momento em que a água é retirada da fonte, ela precisa ser tratada e distribuída para a população dos dois países. Aqui ocorre uma imbricação de poderes e disputas que vão da política internacional a arranjos municipais. Como Saara aponta ao longo das nossas conversas, os Acordos de Oslo foram muito prejudiciais à vida dos palestinos e palestinianas, exatamente por impedirem a autonomia sobre a água com proibições como a de construir poços artesianos para os palestinos, enquanto “os assentamentos ilegais fazem esses poços artesianos próximos das fontes de água natural que se tem na Palestina e aí eles puxam todo esse lençol pra eles, enquanto que nós, muitas cidades aqui se abasteciam através dessas fontes e que hoje estão secas”. Ela me conta que a água é “roubada” por Israel das fontes palestinianas e então revendida para o governo palestino para ser redistribuída pelas municipalidades. Adentramos agora brevemente nesse processo de distribuição da água.

A infraestrutura de águas palestinianas e israelenses na Cisjordânia é administrada por um corpo que une ministérios, agências conjuntas e empresas, como é possível ver na figura 3. A divisão desse sistema é feita em quatro fases: Planejamento (políticas, desenvolvimento e regulação), fornecimento, distribuição e consumo. Na primeira fase, o Comitê Conjunto de Águas (JWC) analisa os pedidos de permissões para administração de poços, construção de novos e a extração geral do Aquífero da Montanha e da reserva de águas das chuvas¹⁰.

O comitê foi criado durante Oslo II e deveria ter duração de apenas cinco anos para fazer a transição dessa administração para os palestinos. Na prática, ele continuou existindo sem nenhuma previsão de mudança, e Selby (2013) analisou que até 2013 todos os pedidos israelenses foram aprovados pela Autoridade Palestina para as Águas (PWA), enquanto Israel vetou todos os pedidos de novos poços e atrasou as obras de manutenção e restauração aprovadas. Somando-se a essa assimetria, mesmo quando aprovados pelo JWC, quaisquer projetos na área C¹¹ podem ser vetados pelo governo militar da ocupação, com a imposição de burocracias e violências ao longo de todo o processo.

A PWA também aprova e regulamenta questões relacionadas a água no sistema palestino, mas de forma subordinada ao JWC e em diálogo com o Ministério de Agricultura (MOA) e o Ministério de Governança Local (MOLG). A segunda fase, de fornecimento, se organiza a partir de quatro meios: poços privados de agricultores, que armazenam águas das chuvas (figura 5) e são utilizados para irrigar plantações ou poços privados que ainda não foram contaminados desde as medições em 1967; poços e nascentes administrados por municipalidades; poços da PWA, que fornecem a distribuição principalmente para as cidades; poços da WBWD, mas que em sua maioria estão contaminados por serem muito antigos; e a *Mekorot*, que possui alguns poços mas que também vende para a PWA.

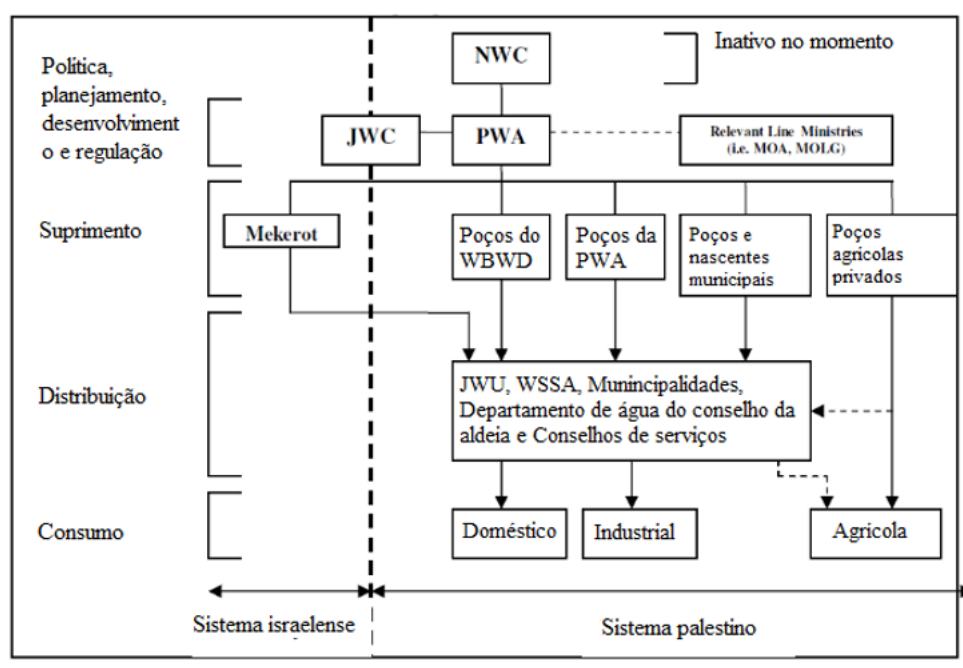
Na fase de distribuição, a parte urbana é contemplada principalmente pela

10 | O JWC tem um número igual de representantes israelenses e palestinianos, ambos possuem direito a veto, e as decisões devem ser alcançadas por consenso; no entanto, a assimetria de poder entre as partes leva a uma subutilização do comitê.

11 | Os acordos de Oslo (1993; 1995) dividem a Cisjordânia em três grandes áreas (A, B e C) e Hebron em duas (H1 e H2). A área A ficaria sob controle civil e militar da AP, constituindo cerca de 3% da Cisjordânia na primeira fase e se expandindo para 18% a partir de 2013. A região inclui oito cidades palestinianas: Ramallah, Nablus, Hebron (somente 80%), Jericó, Belém, Jenin, Tulkarem e Qalendia, e não possuiria nenhum assentamento israelense. Inicialmente, seria proibida a entrada de forças militares de Israel nesta área, mas durante a Segunda Intifada isso se tornou comum. A área B seria dividida entre controle civil da AP e controle do exército de Israel, sendo 22% do território a partir de 2013. Nessa área existiam principalmente aldeias palestinianas. Já a área C, sob domínio civil e militar de Israel, consistia em 72% da Cisjordânia na primeira fase.

Empresa de Águas de Jerusalém (JWU) e pela Autoridade de Abastecimento de Águas e Esgoto (WSSA); já nas áreas rurais, são conselhos municipais e pessoas privadas que cuidam da distribuição.

Figura 3 | Organização do setor de águas na Cisjordânia. Fonte: Rudolph, 2020.



Essa complexa configuração que sobrepõe instâncias israelenses e palestinas é herança da ocupação e dos Acordos de Oslo. Em 1967 as disputas com relação a água se tornam parte da ocupação e do controle colonial. Em agosto deste ano, o governo militar emitiu a Ordem 92¹², que concede total autoridade sobre as questões relacionadas a água nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) ao exército de Israel. Poucos meses depois, a Ordem 158 estipulou que os palestinos não poderiam construir instalações de água sem obter uma licença emitida pelo exército, e qualquer construção sem licença poderia ser demolida.

Os arranjos com relação a terra e água que eram anteriores à ocupação são anulados pela Ordem 291, de dezembro de 1968. Esse conjunto burocrático significava que todos os poços, encanamentos e tanques de água que fossem construídos deveriam passar pelo crivo israelense, ao mesmo tempo que novos assentamentos estavam sendo instaurados sob legislação civil, ou seja, sem que essas Ordens fossem válidas para eles. Um mesmo território então passa a ser constituído com diferentes legalidades e com base em um *apartheid* hidrológico (Graham; Desai; Mcfarlane, 2013) que ativamente negava a boa parte da população palestina o acesso

¹² | As ordens militares eram decretos instituídos pelo governo militar ocupante da Cisjordânia.

a água.

Em conjunto com a emissão das Ordens Militares, o governo da ocupação assumiu o controle do Departamento de Água da Cisjordânia (WBWD)¹³, que controlava cerca de treze poços, e a água passou a ser vendida para as comunidades palestinas e os assentamentos israelenses. Essa infraestrutura urbana controlada pelo governo militar em 1982 é entregue à *Mekorot*¹⁴. No começo dos anos 1990, os Acordos de Oslo institucionalizam a hidro-hegemonia israelense sobre as fontes de água (Rudolph, 2020).

À AP ficou a responsabilidade de gerenciar o abastecimento da população palestina, ou seja, comprar a água de Israel e distribuir para a população palestina das áreas A e B principalmente, e a manutenção da infraestrutura existente de água. Nos locais em que não há encanamento ou precisa de manutenção, a AP também é responsável pelos caminhões-pipas para abastecimento dos vilarejos e bairros, mas na maioria dos casos esse abastecimento é feito por caminhões privados e por movimentações da própria população (Rudolph, 2020; Internacional, 2009).

Esse controle e a complexa assimetria de não cooperação produzem impactos na rotina dos palestinos e principalmente das palestinas. Devido às restrições com relação aos recursos hídricos, a população, que era majoritariamente rural e que ganhava a vida com a agricultura, passou a buscar emprego em Israel como trabalhadores pouco qualificados, o que aprofundou a dependência econômica da Palestina (Huberman, 2020; Internacional, 2009; Rudolph, 2020). Além disso, gera-se uma série de inseguranças hídricas para a população.

De acordo com Rudolph (2020), os principais impactos do controle do acesso a água estão relacionados a qualidade, distância e tempo de coleta, preço e acessibilidade, disponibilidade e confiabilidade, e segurança (sendo esta um resultado específico da ocupação). Essas inseguranças constroem uma vida em “função da água”, que tem um impacto significativo sobre as mulheres.

DO TANQUE D'ÁGUA À CASA

Na minha cidade, por exemplo, a gente só recebe água uma vez por semana e por algumas poucas horas, tá? Então no dia que vem a água você tem que passar o dia em função da água, você não pode ir pro trabalho... (Trecho retirado de entrevista com Saara).

A ideia de construção de uma rotina em “função da água” parte dessa fala de Saara ao me responder sobre os problemas decorrentes dos Acordos de Oslo. Em seguida, ela me descreve como precisa organizar sua rotina nos dias em que a água

¹³ | O WBWD foi estabelecido em 1966 para manter o sistema de abastecimento de água da Cisjordânia.

¹⁴ | A empresa passa a operar 42 poços, que em sua maioria distribuem água para os assentamentos, mas ela também vende para o governo palestino desde os Acordos de Oslo. A quantidade de água vendida para os palestinos é determinada pelo governo de Israel.

chega: lavar a roupa, lavar as escadas, molhar as plantas, limpar as janelas, lavar o cabelo. Tudo deve ser feito enquanto a água está na cidade. Os tanques também devem ser cheios durante esse tempo, pensando sempre na relação de custo/benefício que a necessidade de uma bomba causa. Todos esses cálculos sobre o que fazer durante as sete horas de água por semana que Saara tem em sua casa são feitos por ela. Nesse período, “não tem como você sair de casa [...] você fica preso ali”, e, durante todos os outros dias da semana, cálculos têm que ser feitos para a água não faltar para o resto da família. Durante o verão, o tempo da água é menor e a situação fica mais crítica.

A população precisa reivindicar primeiro que suas casas sejam conectadas à rede de água e depois que recebam essa água em uma quantidade, qualidade e pressão que tornem possível a sua utilização (Anand, 2017), mas, para além disso, esse fornecimento sempre está sujeito às implicações da ocupação, que não enxerga os palestinos como cidadãos. Mesmo quando toda a infraestrutura de água das casas está em pleno funcionamento, os tanques d’água são usados como alvo de treinamento pelas Forças de Defesa de Israel (IDF), ou parte da rede é bombardeada por algum conflito, o que retorna as famílias à estaca zero.

Observar a forma como minhas interlocutoras lidam com as tarefas domésticas que precisam de água nos ajuda a compreender o controle biopolítico produzido pela ocupação, que incorpora a infraestrutura urbana na guerra (e de forma dialética incorpora a guerra no cotidiano). Da mesma maneira que na seção anterior, pretendo aqui seguir o caminho de busca pela água, passando pela administração dela na casa e pela destruição das redes pelo exército. Ressalto aqui, ainda, que o processo de conseguir água é também de individuação e reificação do gênero (McCallum; Bustamante, 2012) e que, por conta disso, a partir das mulheres é possível perceber essa profunda nuance da ocupação.

Começamos então nossa jornada em busca da água. Como já mencionado em outros momentos do texto, a água chega somente uma vez na semana por algumas horas. Na semana em que conversamos, a água havia chegado por sete horas. Quando perguntei para Saara como ela fazia para lidar com essa escassez, ela me respondeu que armazenava em tanques e me levou até o terraço para ver, como mostrei no início deste artigo. Enquanto ela subia, continuava me falando:

Mas é lógico que lavar as roupas a gente só lava uma vez por semana, a gente não lava mais que isso. Louça, por exemplo, eu só ligo a minha máquina, a máquina de lavar louça, quando eu já não tenho mais prato, já não tenho mais talher, não tenho mais nada, a máquina está superlotada (Trecho de entrevista com Saara).

Figura 4 | Tanques de água fria.

Fonte: Foto enviada por Saara.



Figura 5 | Tanques de água quente.

Fonte: Foto enviada por Saara.



A imagem dos tanques no terraço chama a atenção. Eles possuem um sistema de encanamento que leva a água da rua para a laje por fora da casa, com um cano com algumas fiações no entorno. Os tanques de água quente, ainda, têm uma espécie de compressor na parte de baixo que ajuda a esquentar a água sem gastar tanta energia. Saara vive apenas com a sua família nuclear em sua casa, o marido e os dois filhos, e mesmo assim possui cinco tanques. Como ela conta, o dia em que a água chega é preciso administrar uma série de funções domésticas que precisam de água: lavar a casa, as escadas, roupas, a louça, molhar plantas etc. Ao longo do tempo, ela foi adquirindo materiais que a ajudavam a lidar melhor com essa água que chega por tão pouco tempo, como a máquina de lavar louça mencionada e que foi comprada para poder guardar louça por mais tempo sem lavar e não desperdiçar água. Os tanques foram um investimento da família, que se tornou possível a partir do trabalho de Saara e do marido.

Nos dias em que a água chega é ela quem fica em casa para poder administrar as tarefas. Seu marido ajuda muito nas tarefas de casa e eles costumam revezar. Mas no dia da água ela prefere ficar em casa, enquanto o marido vai para o escritório trabalhar e os filhos para a universidade. Hana me dá menos detalhes com relação à divisão das tarefas domésticas na sua casa, mas me diz que suas filhas costumam ajudá-la com as “coisas de casa” e que, como o trabalho dela é perto da casa e ela faz os próprios horários, é mais fácil conseguir administrar tudo.

A chegada dessa água é fonte de grande incerteza, porque não se sabe ao certo o dia e o horário em que vai acontecer, em alguns locais sabe-se que acontece uma vez na semana, em outros nem isso. Uma mulher no campo de refugiados de Aqbat Jaber relata a Rudolph (2020) que “eu sei que vai chegar hoje ou amanhã [...] porque desde quinta passada não vem” (p. 34). Encher os tanques e garantir esse fornecimento e armazenamento de água também depende da localização e da pressão com que a água chega.

Saara me conta que “por muitas vezes a água vem muito fraca, as pessoas não conseguem armazenar”, muitas casas conectadas à rede não conseguem encher seus tanques ou têm um fornecimento ainda mais intermitente, como é o caso do município de Fasayil, em que somente uma família possui abastecimento da *Mekorot*, mesmo todas sendo ligadas à rede, porque, de acordo com o pai, “nossa casa fica perto da tubulação principal, a localização é boa” (*Ibidem*). Saara também ressalta que a pressão vai diminuindo entre as cidades: quanto mais longe dos poços, menor é a pressão e maior é a necessidade de bombas.

Quando as casas não estão ligadas à rede de água, seja da *Mekorot* ou da AP, a busca pela água se torna ainda mais complexa. Envolve uma relação entre distância das fontes d’água, tempo de coleta, disponibilidade e preço (que é ainda mais elevado que o da água encanada) (*Idem*). Se a água não chega até as casas pela infraestrutura formal dos canos, as pessoas se transformam nessas infraestruturas ao buscar

a água de diferentes maneiras (Simone, 2004; Truelove; Ruszczyk, 2022). O uso de caminhões d'água se tornou comum, porque ajuda a suprir esses vácuos na distribuição com maiores quantidades de água do que famílias individualmente buscando nas fontes. Mas comprar a água dessa fonte improvisada é ainda mais caro¹⁵ do que a água encanada:

¹⁵ | A título de comparação, 1 shekel israelense equivale a 1,53 real brasileiro na cotação de julho de 2022.

Pagamos cerca de 30 shekels por 1,5 metros cúbicos (1500l) quando ele traz a água também para outras famílias. Se ele apenas encher nosso tanque, então ele pede talvez 50 ou 60 shekels porque ele deve vir até o fim só para nós. (Rudolph, 2020, p. 34)

No caso dessa família, eles compram a água de uma pessoa que possui um caminhão e cobra por esse fornecimento, um comércio que se tornou extremamente comum na região. Quando não têm a possibilidade de comprar essa água, as famílias encontram formas de buscá-la por conta própria. O caminho dessa busca pode ser tortuoso, porque muitas vezes as estradas não são pavimentadas (então os caminhões têm que andar muito lentamente quando estão carregados) e os checkpoints criam obstáculos ao longo do caminho, que geram a necessidade de desvios para que a água não fique retida nas revistas. Para minhas interlocutoras, a busca pela água normalmente é feita em um poço próximo de suas casas em um campo de oliveiras. O problema é que o campo fica muito próximo de um assentamento, e às vezes buscar essa água pode ser muito perigoso. Por conta disso, elas preferem ir mais longe e, por terem carro, isso é uma possibilidade, mas os carros conseguem pegar menos água que caminhões. O gasto com combustível e as muitas horas que essa busca demanda têm uma conta cara:

Temos que viajar muito para comprar água e trazê-la para a aldeia de caminhão-tanque. Com o custo do transporte a água custa 15 NIS por m³, o que é três ou quatro vezes o que custaria se tivéssemos uma ligação à rede de água ou um poço na aldeia. É inacessível (Internacional, 2009).

Essas viagens tomam horas do dia e normalmente precisam ser feitas a cada três ou quatro dias, porque a capacidade de armazenamento dos caminhões é pequena. Isso significa que a cada três ou quatro dias uma das pessoas da casa precisa ficar responsável por encontrar uma fonte de água disponível, bombear a água dela, encontrar a melhor rota para voltar para casa (pensando nos checkpoints físicos e nos móveis), fazer o cálculo do combustível necessário¹⁶, deslocar essa água por estradas pouco pavimentadas e abastecer a residência; muitas vezes as famílias não possuem seus próprios caminhões ou tratores, então na lista de funções e de gastos

¹⁶ | A média anual do valor da gasolina (a partir do survey feito em 2017) é cerca de 5,98 NIS (R\$ 8,58); e a do diesel, 5,59 NIS (R\$ 9,17) (PCBS, 2018).

também é adicionado o aluguel dele. No verão os intervalos de busca pela água são ainda menores, devido ao calor e às maiores necessidades hídricas. É interessante perceber que essa busca pela água nos caminhões é comumente feita pelos homens, principalmente quando as fontes são mais distantes. Quando são próximas, e o problema é apenas a falta de encanamento, as mulheres buscam a água em recipientes menores e muitas viagens, como minhas interlocutoras no poço. A rotina, então, é construída a partir do tempo da água (Anand, 2017). O orçamento familiar, as funções domésticas e até o tempo de trabalho ficam à mercê da disponibilidade de água e, consequentemente, de Israel.

Essa tarefa doméstica hídrica envolve um trabalho manual das mulheres para construírem os ritmos e as rotinas da vida cotidiana. A precariedade da rede de água e a instabilidade no seu fornecimento fazem com que a rotina das famílias dependa de alguém que esteja em casa, coletando a água e administrando o seu uso nas diferentes funções em que ela é essencial. Essa pessoa tem a responsabilidade não somente da busca pela água, mas de pensar como, com a pouca quantidade que se tem, será possível lavar, limpar, fazer comida e, de forma mais ampla, reproduzir a vida no cotidiano. Na maioria das vezes, a pessoa que faz isso é uma mulher (Anand, 2017; Truelove; Ruszczyk, 2022).

Conforme McCallum e Bustamante (2012) mostram, a gestão da casa leva a um processo de individuação de gênero, no qual as mulheres, para construírem sua feminilidade dentro da configuração de casas que as cercam, precisam ter uma casa e administrá-la, enquanto os homens, para construírem a sua masculinidade, precisam prover essa casa e sua família. A administração da água faz parte desse processo de reforço da generificação individual. Quando minhas interlocutoras dizem que preferem elas próprias ficar em casa para administrar a água, elas me mostram a importância desse processo no lugar delas enquanto “mulher da casa”.

Saara me conta que prefere fazer isso porque “fica do meu [dela] jeito”, e o marido ajuda mais quando precisa “consertar alguma coisa no cano” que vai levar a água para os tanques. Consertar os canos se torna, então, uma função que reforça o lugar de Hadi como o homem da casa. É importante ressaltar que minhas interlocutoras não enxergam esses papéis domésticos como opressivos por seu gênero, mas sim por serem palestinas que precisam fazer esse tipo de função por culpa do controle de Israel. A divisão de gênero nas funções é tida como uma forma de lidar com a ocupação imposta sobre elas, e o trabalho de cuidado entendido como parte da vida.

Esse trabalho de cuidado é pensado por Pierobon (2021) como atravessado por uma série de negociações multiescalares, que envolvem indivíduos, associações e o próprio Estado, numa imbricação entre o legal, o ilegal e a ilegibilidade estatal. A partir do trabalho de campo em uma ocupação do Rio de Janeiro, a autora ressalta que o gênero é central para analisar o enorme esforço que é feito para “manterem

a vida social diante da instabilidade que caracteriza suas vidas” (p. 4) e também para borrar a fronteira entre o público e o privado, destacando a porosidade entre a construção da vida íntima da sua interlocutora, as práticas do Estado e as dos grupos armados que controlam esse território. Rudolph (2020) também destaca o viés generificado das inseguranças hídricas ao se deparar com falas de seus interlocutores segundo as quais as mulheres precisavam de mais água:

Em porcentagem, enfrento cerca de 8% dos problemas com a água; 92% é enfrentado pela minha esposa [...] porque ela precisa de mais água. [...] eu só vou para a serra [com as ovelhas]. Ela se levanta às 4 da manhã; ela começa a fazer leite, queijo e iogurte. Então ela começa a fazer o café da manhã. [...] Depois disso ela começa a limpar, lavar a roupa, dar banho nas crianças e depois fazer o almoço para mim e meus filhos. [...] À noite, ela me ajuda a colocar comida para os animais. O dia todo ela é como uma máquina. Ela trabalha das 4 da manhã até a meia-noite. (Rudolph, 2020).

Eles diziam também que elas precisavam individualmente de mais água por terem cabelos mais longos (principalmente as mulheres muçulmanas) e por “coisas de mulher”, referindo-se às necessidades especiais durante o ciclo menstrual. Assim, mesmo que as inseguranças hídricas sejam gerais na população palestina, há uma divisão social generificada desses impactos que afetam o cotidiano das mulheres em diferentes níveis: do político, ao familiar, ao mais íntimo e pessoal.

Em muitas casas, a morte ou a prisão dos homens leva a um processo de pauperização das famílias e intensificação dos problemas relacionados a água. Isso porque as mulheres precisam administrar a água dentro das casas e também buscar os meios financeiros para custear essa água. A partir disso, a divisão entre as funções da mulher e dos homens com relação a água, que seriam complementares, se torna difusa, como é o caso de Fatma Zein, entrevistada pela organização de direitos humanos B'Tselem:

Sou viúva e tenho seis filhos pequenos, três meninos e três meninas, de seis a doze anos. Meu marido foi morto em 2003. Suas duas filhas de sua primeira esposa, que morreu, moram conosco. Vivemos em uma pequena casa em Yatta. A única renda que temos é uma cota de 1.000 NIS por mês que recebemos de uma instituição de caridade em Yatta. Esta soma não é suficiente para pagar comida para nove pessoas. Além de nossos problemas de renda, também sofremos com a falta de água, assim como a maioria dos moradores da cidade. A escassez afeta todos os aspectos da nossa vida. Estamos conectados à rede de água da cidade, mas desde janeiro de 2008 não recebemos água pela rede porque moramos em uma altitude elevada e a pressão da água é insuficiente para chegar até nós. Compramos toda a nossa água de caminhões-tanque. A cidade vende a água a uma taxa de 120 NIS por dez metros cúbicos.

Você tem que esperar sua vez, e só temos água uma vez a cada vinte ou trinta dias. Isso muitas vezes não é suficiente, então tenho que comprar água de tanques particulares, que cobram 170 ou 180 NIS. É difícil para nós financeiramente, mas não temos escolha. Economizo muita água. Eu sempre aviso as crianças para não desperdiçar água, e digo para elas prestarem atenção em cada gota de água que usarem. As crianças já sabem que precisam economizar água. A cada duas crianças é dado um balde de água para tomar banho. Temos tapetes no chão o ano todo, então não lavo o chão. Isso economiza água. Há mais de dois anos, não lavo tapetes ou cobertores. Eu uso uma máquina de lavar que usa menos água do que outras máquinas e uso o ciclo de lavagem mais curto para economizar água, mesmo que as roupas não saiam limpas o suficiente. Um filho do meu marido mora ao nosso lado e às vezes pergunta se pode tomar um pouco da nossa água. Às vezes, não temos o suficiente para dar a ele. Nós nos acostumamos a viver assim porque não temos escolha. Quando meu marido morreu, devíamos 4.500 NIS à cidade pela água e 5.000 NIS pela eletricidade. Não tenho dinheiro para pagar essas dívidas e tenho medo de que nos desconectem. Não recebemos água da rede, mas temo que cortem a eletricidade. A casa está rodeada por mais de dois dunams de terreno. Se tivéssemos água, poderíamos cultivá-la e gerar alguma renda dessa maneira (B'Tselem, 2009)¹⁷.

17 | Dunam é uma medida herdada do Império Otomano que não faz parte do sistema de medidas internacional. Um dunam é equivalente a mil metros quadrados.

Os altos preços são uma reclamação constante e um fator que afeta profundamente a busca pela água. Saara me relata que o caminho que a água encanada toma a torna mais cara: “Ela é puxada dos lençóis do Estado palestino, levada para Israel e vendida novamente para os palestinos”. Para ela, essa água é roubada dos palestinos e gera um enorme lucro para Israel, porque “a gente paga bem mais caro do que iria pagar se eles não roubassem essa água”. O valor do metro cúbico de água na Cisjordânia fica entre 4 e 10 dólares, e em muitos casos a conta de água toma quase metade da renda mensal das famílias. Quando o gasto não está na conta, pela falta de encanamento, está no aluguel e no combustível pagos para buscar a água com caminhões. Além disso, as águas de maior qualidade são de uma profundidade maior, e bombear essa água exige um enorme gasto.

No caminho que tomam em busca da água, é preciso estar sempre ciente da possibilidade de cruzar com o exército de Israel. A destruição da rede de água acontece durante operações militares, como sabotagem e retaliação, ou quando as infraestruturas foram construídas sem as difíceis permissões do JWC. É uma insegurança que perpassa a busca, a manutenção e os reparos da rede de água, e que leva a uma necessidade de constante reconstrução do abastecimento das casas e de toda a infraestrutura de água.

Esses canos de água percorrem o território palestino pelos subsolos e superfícies, alimentando tanques e distribuindo água pelas diferentes regiões. Os tanques de água ficam no topo das casas e prédios. Poços de coleta de águas das chuvas são exibidos nos quintais de casas. Poços artesianos, legais ou não, bombeiam água con-

tra a gravidade diariamente. E toda essa infraestrutura pode ser destruída em um piscar de olhos durante um bombardeio, uma demolição forçada ou por sabotagem do exército e dos colonos.

Hana me conta que a destruição das infraestruturas de água acontece, em especial, quando “atacam os campos de refugiados”. A comum destruição das casas dos campos pelo exército atinge os canos, e é muito custoso voltar a construir: “Levam meses até que se tenha verbas para isso e as pessoas acabam ficando meses sem água potável”. Além disso, o peso dos *bulldozers* israelenses com muita frequência estoura os canos em incursões militares; e, durante momentos em que há uma guerra declarada na região, as infraestruturas são sabotadas, com a contaminação da água por esgotos e o bombardeio de infraestruturas.

Mas essa destruição não ocorre somente em eventos conflitivos, ela é cotidiana. Os tanques d’água que são tão essenciais para a vida dos palestinos e palestinianas também deixam o sistema de água das casas vulnerável. Desde 2002 os tanques têm sido alvos de frequentes investidas do exército israelense, principalmente com práticas de tiro ao alvo, como um soldado israelense relatou à Anistia Internacional:

Os tanques de água são bons para a prática de tiro ao alvo; eles estão por toda parte e são do tamanho certo para mirar e calibrar sua arma, para aliviar sua frustração, para dar uma lição para as crianças do bairro que jogaram pedras em você e você não conseguiu pegar; ou quebrar a monotonia de um período de serviço de guarda. (INTERNACIONAL, 2009, p. 61).

Ou seja, os tanques que existem somente como estratégia para compensar os grandes problemas no acesso a água ainda são perfurados pelas balas israelenses, por diversão, ócio ou como forma de lição. Para os soldados, é divertido “ver como eles explodem” (Rudolph, 2020). Uma outra ação comum é a sabotagem por parte dos colonos israelenses, que de diferentes maneiras interferem no acesso a água. Pouco antes de uma das nossas conversas, Saara conversando comigo via *WhatsApp* relatou que estava colhendo nas oliveiras, mas que era cada vez mais difícil no campo em que ela estava, porque perto dali havia um assentamento e os colonos começaram a descer armados para a fonte de água que os palestinos costumavam utilizar durante a colheita. Ela me disse ainda que “quando eles não jogam bombas, tem os colonos pra ficar metendo medo na gente”, medo que é resultado principalmente do forte armamento da população civil dos assentamentos. Fora a ameaça de violência física, outras formas de sabotagem são relatadas, como o despejo de substâncias tóxicas nas fontes de água ou nos poços de águas de chuvas, o uso de pregos ou pontas de ferro nas estradas em que os caminhões de água passam, o descarte de fraldas de criança e animais mortos nos reservatórios de água ou até mesmo o corte e destruição de canos expostos (Internacional, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os caminhos da água na Cisjordânia nos ajuda a perceber as múltiplas infiltrações da ocupação na vida dos palestinos e palestinianas. Enquanto um instrumento da biopolítica israelense, a água é controlada em todo o seu caminho, das fontes divididas e superexploradas, ao rio Jordão com acesso proibido, à água da chuva que tem a captação cerceada. Na distribuição, o controle da manutenção de canos, a proibição de poços artesianos e a concessão da distribuição d'água nas cidades feita para a *Mekorot* mostram uma busca por um controle da possibilidade de manutenção da vida que é expresso nesse complexo *patchwork* de mecanismos.

No dia a dia, esse biopoder é diluído e complexificado com os múltiplos arranjos dos palestinos e palestinianas para fazerem a água chegar às casas e para administrá-las. Mesmo com essa busca constante pela água, fazer viver todos os dias significa viver em “função da água”. Os cálculos cotidianos para a água chegar e para administrar o uso dela dentro das casas é uma função primordialmente feminina.

Esse trabalho de cuidado possui duas ramificações centrais. Por um lado, ele interfere em toda a construção de um cotidiano para essas mulheres. Como planejar um dia sem saber quando a água vai chegar? Como planejar refeições, saídas e todo o cotidiano de uma família sem saber quanto tempo a água precisa durar? Essa insegurança ontológica produzida pelo controle da água nos mostra que a água nesse cenário é um dispositivo de vida e de controle populacional.

Por outro lado, o manejo com a água também é uma forma de individuação de gênero. No processo de produzir a vida nas casas a partir da água, minhas interlocutoras também passam por um processo de diferenciação que as coloca como a mulher responsável pela administração da casa e daquela família. No mesmo sentido, quando elas tomam para si – e suas filhas – o manejo cotidiano das águas e delegam para seus maridos ou filhos a manutenção e os custos das infraestruturas, também reforçam a individuação de gênero dos homens naquela família e comunidade.

Por conta disso, a escolha metodológica de trabalhar apenas com mulheres nos ajuda a compreender os desdobramentos da ocupação na intimidade das famílias. Os problemas que cruzam o cotidiano de minhas interlocutoras são múltiplos, mas a água possui um lugar central, por demandar um enorme tempo de trabalho e inúmeras incertezas. Neste ponto entendo que o debate aqui elaborado nos ajuda a iluminar duas questões da antropologia das infraestruturas. Em primeiro lugar, indo além da água como um recurso escasso nas periferias urbanas, aponte como ela é um instrumento biopolítico de controle populacional e, muitas vezes, de violência.

Compreendendo as configurações que se dão a partir da distribuição de água nos Territórios Palestinos Ocupados, observamos que os diferentes níveis de controle levam ao fazer viver, mas também ao fazer morrer. Com isso, em busca de produzir uma precariedade cotidiana que permita que a ocupação se infiltre em todos os

aspectos da vida palestina.

Em segundo lugar, procurei demonstrar aqui como esses manejos da água a partir do controle da ocupação se entranham na vida cotidiana das pessoas, transformando a intimidade enquanto também produzem gênero. Para além do que parte da bibliografia da antropologia das infraestruturas argumenta, que o manejo com a água é uma forma de violência contra as mulheres, busquei observar como ele ao mesmo tempo é violência e produção de vida. A ocupação longa estabelece uma necessidade de produzir vida em meio ao controle. Por isso, ao mesmo tempo que há uma biopolítica que controla o viver e o morrer nesse espaço, também há a construção de individuações de gênero no dia a dia em “função da água”.

Assim, as mulheres são centrais para o manejo da infraestrutura hídrica com a constante busca por águas. Seu trabalho de cuidado diário gere a água das casas e é ponto central para a ação do controle israelense, uma vez que essa vida em função da água dificulta a vida em função de muitas outras coisas. Ao mesmo tempo, a vida em função da água faz parte da construção do ser mulher – e homem – na Palestina, articulando a relação do cuidado com a casa com a individuação de gênero. Nesse sentido, a vida em “função da água” se tornou parte da construção de relações das minhas interlocutoras dentro de suas famílias e com a sua vizinhança, produzindo formas alternativas de habitar a ocupação.

Giovanna Monteiro-Macedo é doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp-Uerj), mestra pela mesma instituição com bolsa Faperj Nota 10, e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora no BONDE, pesquisadora no grupo CASA, ambos do Iesp-Uerj. Seus interesses de pesquisa são principalmente: Gênero, infraestruturas urbanas, Sociologia Urbana.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA: Pesquisa empírica, análise, redação e revisão do artigo.

FINANCIAMENTO: A pesquisa foi financiada pela bolsa Faperj Nota 10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUALI, Gamal. 1998. “Natural resources under occupation: The status of Palestinian water under International Law”. *Pace Interna-*

tional Law Review, 10(411): 165. DOI: <https://doi.org/10.58948/2331-3536.1265>.

AKAR, Hiba Bou. 2018. *For the war yet to come: Planning Beirut's frontiers* (1st edition). Stanford, California, Stanford University Press.

ALATOUT, Samer. 1º dez. 2008. "States' of scarcity: Water, space, and identity politics in Israel, 1948-59". *Environment and Planning D: Society and Space*, 26(6): 959-82. DOI: <https://doi.org/10.1068/d1106>.

ANAND, Nikhil. 2017. *Hydraulic city: Water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham; London, Duke University Press.

BALLESTERO, Andrea. 21 out. 2019. "The anthropology of water". *Annual Review of Anthropology*, 48(1): 405-21. DOI: 10.1146/annurev-anthro-102218-011428.

BUSHNAQ, Rawand Bassam Othman. 2004. *Implications of water management policies on water poverty in Palestine*. Faculty of Graduate Studies, An-Najah National University, Nablus, Palestine.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca.; LAGES, Maurício. P. 1º dez. 2020. "A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 123: 121-142. DOI: 10.4000/rccs.11193

GRAHAM, Stephen; DESAI, Renu; McFARLANE, Colin. 2013. "Water wars in Mumbai". *Public Culture*, 25(1): 115-41. DOI: 10.1215/08992363-1890486.

INTERNACIONAL, Anistia. 2009. "Troubled waters: Palestinians denied fair access to water". *Relatório Anistia Internacional*. Anistia Internacional.

KLAWITTER, Simone. 2007. "Water as a Human Right: The understanding of water rights in Palestine". *International Journal of Water Resources Development*, 23(2): 303-327. DOI: <https://doi.org/10.1080/07900620601181697>.

MALONE, Andrew R. 2004. "Water Now: The impact of Israel's security fence on Palestinian water rights and agriculture in the West Bank". *Case Western Reserve, Journal of International Law*, 36(2). Disponível em: <https://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol36/iss2/22>.

McCALLUM, C.; BUSTAMANTE, V. 1º jun. 2012. "Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia". *Etnográfica*, 16(2): 221-246. DOI: 10.4000/etnografica.1476.

NAGUIB, Nefissa. fev. 2007. "Women's dignity scorched in Palestine: When clean water is cut off". *Anthropology News*, 48(2): 1010. DOI: 10.1525/an.2007.48.2.10.

NAGUIB, Nefissa. 2009. *Women, water and memory: Recasting lives in Palestine*. Leiden; Boston, Brill. Women and Gender, the Middle East and the Islamic World, vol. 6.

PANDEY, Punam. 2011. "Water between Israel and Palestine: An iniquitous bargain". *Journal of South Asian and Middle Eastern Studies*, 34 (3): 83-100. DOI: 10.1353/jsa.2011.0007.

PIEROBON, Camila. 2021. "Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação". *Mana*, 27(2): e272203. DOI: 10.1590/1678-49442021v27n2a203

RABI, Ayman. 2009. "Water pricing as a means

to ensure water conservation: A case study from Palestine". In: EL MOUJABBER, M.; MANDI L.; TRISORIO-LIUZZI, G.; MARTÍN, I.; RABI, A.; RODRÍGUEZ, R. (eds.). *Technological perspectives for rational use of water resources in the Mediterranean region*. Bari, Ciheam, pp. 119-129 (Options Méditerranéennes: Série A. Séminaires Méditerranéens, n. 88). 2. MELIA Workshop *Technological Perspectives for Rational Use of Water Resources in the Mediterranean Region*, 2008/10/29-2008/11/02, Marrakesh (Morocco). <http://om.ciheam.org/om/pdf/a88/00801186.pdf>.

RUDOLPH, Michelle. 2020. *Water governance under occupation: A contemporary analysis of the water insecurities of Palestinians in the Jordan Valley, West Bank*. Erasmus University.

SELBY, Jan. jan. 2003. "Dressing up domination as 'cooperation': the case of Israeli-Palestinian water relations". *Review of International Studies*, 29(1): 121-138. Cambridge Core. Acessado em 7 jun. 2022.

STAMATOPOULOU-ROBBINS, Sophia C. mar. 2021. "Failure to build: Sewage and the choppy temporality of infrastructure in Palestine". *Environment and Planning E: Nature and Space*, 4(1): 28-42. DOI: 10.1177/2514848620908193.

VON SCHNITZLER, Antina. 2016. *Democracy's infrastructure: Techno-politics and protest after apartheid*. Princeton, Princeton University Press.

Recebido em 26 de setembro de 2023. Aceito em 03 de maio de 2024.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001